

PÁG 2 Abraceel monta “blitz” e inicia Movimento pela Liberdade do Consumidor de Energia

PÁG 5 Parlamentares e secretários fazem coro pela aprovação do PL 414

PÁG 8 PL 414: Abraceel se antecipa e apresenta contribuições ao relator

PÁG 9 Abertura do mercado trará R\$ 210 bi de economia e 642 mil novos empregos

PÁG 10 Abertura total do mercado livre pode ocorrer sem legado negativo para consumidores e distribuidoras

PÁG 12 Após discussão com o Grupo Técnico, Abraceel entrega sugestões sobre critérios de autorização dos comercializadores

PÁG 14 Aneel divulga Nota Técnica única sobre monitoramento e garantias financeiras

PÁG 16 Grupo Técnico traz ponto de vista operacional da Portaria sobre ICMS em SP

PÁG 18 Associadas aprovam prestação de contas da Abraceel de 2021

PÁG 20 Abraceel na Mídia

PÁG 23 Curtas

PÁG 25 E o Congresso?

PÁG 27 Próxima Semana

 **Clique ou toque no nome da seção para ir diretamente à página!**

As informações contidas no nosso relatório semanal são produzidas com exclusividade para o nosso associado.

Valorize o seu conteúdo! Evite a distribuição indevida ao público externo.

Abraceel monta “blitz” e inicia Movimento pela Liberdade do Consumidor de Energia

Matéria em 1 minuto:

- Em Brasília, Abraceel engaja mais de 130 pessoas no Salão Nobre da Câmara dos Deputados em movimento empresarial em defesa da aprovação do PL 414/2021 em momento crucial para definição do relatório;
- No papel de apoiadora, Abraceel fortalece evento da Clarke Energia com sessões envolvendo discursos e debates parlamentares que referendaram a necessidade e benefícios do mercado livre;
- Estudos inéditos da Abraceel revelaram potencial de investimentos, emprego e desaceleração da inflação derivados da abertura do mercado de energia, bem como inexistência de legados negativos para consumidores.



Tempo de leitura:
2 minutos

A abertura do mercado de energia elétrica no Brasil, protagonista no PL 414/2021, foi tema de um evento promovido pela Clarke Energia, com o apoio da Abraceel e do Deputado Felipe Rigoni (União-ES), no dia 22.03, no Salão Nobre da Câmara dos Deputados.

Mais de 130 pessoas, entre empresários, executivos do setor elétrico e autoridades públicas e políticas, passaram pelo evento e participaram das sessões programadas - discursos e debates parlamentares e também apresentação de estudos inéditos - no âmbito de um movimento empresarial idealizado e conduzido pela Abraceel para engajar atores relevantes em torno da votação e aprovação do projeto de lei.



A iniciativa, denominada Movimento pela Liberdade do Consumidor de Energia, envolveu a produção e divulgação de estudos que mostram os benefícios econômicos e sociais da abertura do mercado de energia no cronograma defendido pela Abraceel e a ausência de legados negativos para distribuidoras e consumidores (*veja matérias nesta edição*).

A movimentação contou com a participação efetiva da equipe Abraceel, turbinada pela presença de dois de nossos conselheiros (*leia destaque nesta matéria*), em um trabalho



intenso de interlocução com parlamentares, autoridades públicas, formadores de opinião e jornalistas.

Um dos momentos marcantes foi protagonizado pelo deputado federal Fernando Coelho Filho (União-PE), relator do PL 414/2021, que, após receber homenagem da Abraceel em reconhecimento pela sua liderança e esforços para modernização e abertura do setor elétrico, informou da perspectiva de votação da matéria na Câmara dos Deputados no início de abril. No total, nove parlamentares participaram das sessões do evento (*veja matéria nesta edição*), todos ratificando em discursos e respostas a importância de aprovar o PL 414/2021 e confirmar o direito da portabilidade da conta de luz para todos os consumidores de energia.



Simulador do desperdício – O evento marcou ainda o lançamento do [Desperdiçômetro](#), calculadora digital criada pela Clarke Energia para simular o desperdício de recursos ocasionado pela restrição de acesso dos consumidores ao mercado livre. Já foram desperdiçados mais de R\$ 139 bilhões em razão de as empresas não estarem consumindo energia livremente.

O presidente executivo da Abraceel, Rodrigo Ferreira, pontuou em diversos momentos que o esforço da associação tem sido no sentido de contribuir de forma responsável, alertando para a necessidade de modernizar o modelo regulatório e comercial do setor elétrico diante dos avanços tecnológicos e das ineficiências existentes, sempre considerando nas discussões e estudos conduzidos os princípios da segurança jurídica, do respeito a contratos e da estabilidade.

O Movimento pela Liberdade do Consumidor de Energia seguirá em evidência nas próximas semanas. O planejamento da Abraceel envolve novas ações de comunicação e engajamento, incluindo a produção de estudos e conteúdo para fortalecer a argumentação e a apresentação de evidências, e a interlocução com atores relevantes, como empresários e executivos das empresas associadas e entidades de classe, formadores de opinião, jornalistas e, principalmente, autoridades políticas e governamentais.



Conselheiros da Abraceel também prestigiam evento

Visto que o projeto ganhou relevância e a janela de oportunidade é curta para aprovação na Câmara dos Deputados, David Barmak e Reginaldo Medeiros também prestigiaram o evento representando o Conselho de Administração da Abraceel, em demonstração de apoio à relevância da iniciativa para a aprovação do PL 414/21.

“A realização do Movimento pela Liberdade do Consumidor de Energia nas dependências do Congresso Nacional e no auge do debate parlamentar para deliberar sobre o PL da portabilidade da conta de luz, além de um grande feito da Abraceel, será fundamental para mobilização da classe política em favor da rápida aprovação de matéria capital para a modernização da economia brasileira”, afirmou Reginaldo Medeiros, conselheiro independente da Abraceel, parabenizando a associação e apontando que “o Brasil real agradece” o esforço pela abertura do mercado de energia.

David Barmak, conselheiro da Abraceel, elogiou o momento e a organização do evento e apontou que os agentes que atuam no mercado livre precisam apoiar o PL 414/2021 com todos os esforços possíveis nessa etapa próxima à votação. “O nosso setor tem de apoiar em peso o PL 414. Estamos na reta final, a perspectiva é de votação nas próximas semanas, e considero que todos os associados devem fazer os melhores esforços para mobilizarmos as forças políticas que estiverem ao alcance de cada um, para explicar os benefícios da expansão do mercado livre e da aprovação do projeto de lei. Essa causa vale muito o esforço de todos nós. O mercado livre que a gente quer, muito maior do que é hoje, depende da aprovação do PL 414 e precisamos vencer as últimas etapas do trâmite legislativo. Então, creio que devemos fazer a nossa parte”, disse.



Parlamentares e secretários fazem coro pela aprovação do PL 414

Matéria em 1 minuto:

- Parlamentares discursaram, participaram de painel de debates e interagiram com empresários e agentes do mercado que passaram pelo Salão Nobre da Câmara dos Deputados;
- Marcelo Ramos, vice-presidente da Câmara, ao responder perguntas, foi enfático ao criticar as ineficiências atuais do modelo e defender a abertura do mercado de energia;
- Secretários dos ministérios de Minas e Energia e da Economia se juntaram aos parlamentares que defenderam a instituição de um novo modelo regulatório e comercial para o setor.



Tempo de leitura:
3 minutos

O Movimento pela Liberdade do Consumidor de Energia, que levou para a capital federal diversos empresários e executivos de empresas do mercado livre de energia, contou com a presença e participação de parlamentares que se dispuseram a dialogar com os agentes setoriais envolvidos na defesa pela aprovação do PL 414/2021. No total, nove parlamentares se envolveram nas atividades.

Em geral, os parlamentares apontaram a importância de aprovar o PL 414/2021 com celeridade, indicaram a necessidade de conceder o direito a todos os consumidores de realizarem a portabilidade da conta de luz e ressaltaram os benefícios econômicos e sociais intrínsecos à liberdade de escolha, frisando os resultados de estudos apresentados pela Abraceel (veja matérias nesta edição).

As sessões ocorridas no evento envolveram discursos dos deputados Fernando Coelho Filho (União-PE), Alexis Fonteyne (Novo-SP), Jaqueline Cassol (PP-RO) e Felipe Rigoni (União-MS), este também anfitrião do evento, realizado no Salão Nobre da Câmara dos Deputados.

Para dar mais espaço para o posicionamento dos parlamentares, uma sessão de debates foi organizada com a presença de Felipe Rigoni, Paulo Ganime (Novo-RJ) e de Marcelo Ramos (PSD-AM), que é também vice-presidente da Câmara dos Deputados. A moderação foi realizada pelo presidente executivo da Abraceel, Rodrigo Ferreira, que formulou questões para cada parlamentar.

Os deputados federais Tiago Mitraud (Novo-MG), Rodrigo Agostinho (PSB-SP) e Marcel van Hatten (Novo-RS) compareceram para presenciar os discursos e depoimentos, co-



neher mais informações sobre o tema e dialogar com os participantes do movimento empresarial. José Carlos Aleluia, ex-deputado federal por seis mandatos, também esteve presente.



Poder Executivo

Representando o Ministério de Minas e Energia, o Secretário de Energia Elétrica Cristiano Vieira ressaltou o papel desempenhado pela pasta ao longo dos últimos anos para construir um texto equilibrado que enderece solução para os desafios tecnológicos e operacionais existentes no mercado de energia sem que as novas regras tragam desequilíbrios e insegurança jurídica. Ele apontou que “a pauta é relevante” e que “o modelo comercial atual do mercado de energia elétrica já demonstra sinais de esgotamento há anos”, concluindo que é o momento de dar liberdade de escolha ao consumidor.

Gabriel Fiuza, Secretário Adjunto da Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura do Ministério da Economia, lembrou dos esforços da equipe econômica para modernizar a regulação de vários setores de infraestrutura e também para melhorar o ambiente de negócios, frisando que é o momento de aprovar o PL 414/2021.





O que eles disseram

Fernando Coelho (União-PE): “O modelo que nos trouxe até aqui precisa avançar. Acho que isso e o que todos queremos, inclusive o setor de distribuição. O projeto hoje está maduro. Melhor do que brigar por seis meses para cá e para lá é poder começar a contar esses seis meses. Eu acredito que estamos mais perto do que longe e ainda no mês de abril possamos devolver o projeto ao Senado.”

Paulo Gamine (Novo-RJ): “A liberdade de escolha tem de imperar nos mercados como um todo, como já ocorre no de telecomunicações. Por que seria diferente no de energia elétrica? Nas palestras aqui apresentadas, ficou muito claro (quais são) os benefícios. Temos de usar a energia como fator de desenvolvimento.”mentos dos agentes e se aprofundar no problema da estabilidade.

Marcelo Ramos (PSD-AM): “Passamos por debates parecidos na discussão sobre geração distribuída. Precisamos explicar o que compõe a tarifa. Até hoje pagamos pela demagogia tarifária recente. Política tarifária tem a ver com eficiência e quero saudar a portabilidade e a tarifa social. Tenho convicção que abril será o mês de aprovação do PL 414.”

Felipe Rigoni (União-MS): “O que move a necessidade e a pressa de aprovar o PL 414 é o momento que vivemos, marcado pela alta do preço de energia elétrica, que pode ser reduzido em 15%. Podemos reinvestir os recursos que desperdiçamos. Foi mostrado o quanto estamos desperdiçando sem o mercado livre de energia.”

Alexis Fonteyne (Novo-SP): “O mercado livre pode trazer melhores serviços e melhores preços aos consumidores. A possibilidade de escolher o fornecedor, como há no setor de telefonia celular, trará benefícios. O fornecedor de energia começará a ir atrás do cliente, seja uma pequena empresa ou um consumidor doméstico, forçando a melhoria por meio da competição. A indústria e o setor de serviços poderão ficar mais competitivos.”

Jaqueline Cassol (PP-RO): “Me sinto com a sensação de dever cumprido ao aprovar na comissão o PL 1.917/2015, que trata do direito à portabilidade da conta de luz. Sempre defendi que a abertura do mercado de energia possa valer para os consumidores cativos. Acredito que o consumidor final será beneficiado.”





PL 414: Abraceel se antecipa e apresenta contribuições ao relator

Matéria em 1 minuto:

- Executivos da Abraceel oferecem contribuições ao deputado federal Fernando Coelho Filho (União-PE) para aperfeiçoar o PL 414/2021;
- Propostas entregues ao relator foram anteriormente ratificadas em reunião do Conselho de Administração no dia 17.03, que foi aberta para participação das associadas;
- Após receber as sugestões oferecidas, o relator indicou perspectiva de votação em abril.



Tempo de leitura:
2 minutos

Rodrigo Ferreira, Frederico Rodrigues e Bernardo Sicsú, presidente executivo e vice-presidentes da Abraceel, reuniram-se com o deputado federal Fernando Coelho Filho (União-PE), relator do PL 414/2021, no dia 22.03, e entregaram contribuições para aperfeiçoar o novo modelo do setor elétrico.

As contribuições foram ratificadas pelos conselheiros da Abraceel em reunião realizada dia 17.03 e tratam de temas centrais para a expansão da abertura do mercado de energia elétrica de forma mais eficiente e isonômica. Confira as sugestões:

- **Abertura integral para o mercado de média e alta tensão a partir de janeiro de 2024 e de baixa tensão a partir de janeiro de 2026;**
- **Itaipu com energia licitada para o mercado livre e cativo após abril de 2023;**
- **Regra transitória para evitar a cobrança do encargo de lastro sobre o lastro já contratado, em linha com o aprovado no PLS 232;**
- **Possibilidade (e não obrigatoriedade) de garantias ex-ante e chamada de margem diária, tema de competência da Aneel;**
- **Busca de isonomia para o consumidor de baixa tensão em relação aos benefícios do desconto no fio usufruídos por consumidores atendidos por geração distribuída;**
- **Varejista sem barreira de entrada de 3 MW de carga mínima representada;**
- **Bolsa de energia prescinde da atuação do poder público;**
- **Informações de consumo são do consumidor (open energy).**

O relator, após receber as propostas oferecidas pela Abraceel, indicou que está fazendo esforços para que o projeto de lei seja votado e aprovado no início de abril.



Abertura do mercado trará R\$ 210 bi de economia e 642 mil novos empregos

Matéria em 1 minuto:

- Estudo inédito da Abraceel dimensiona os benefícios econômicos e sociais da abertura do mercado de energia;
- Mercado livre tem potencial de gerar R\$ 210 bilhões de redução nos gastos com energia e 642 mil empregos até 2035;
- Desconto médio com energia será de 27%, o que permitirá redução média na conta de luz de 15% e desaceleração da inflação.



Tempo de leitura:
2 minutos

A possibilidade de todos os consumidores, inclusive residenciais, exercerem o direito de escolher o próprio fornecedor de eletricidade tem potencial de gerar, até 2035, R\$ 210 bilhões de redução nos gastos com energia elétrica, 642 mil empregos e um desconto médio de 27% na compra de energia.

Essa redução de custo no preço da energia, um dos componentes da tarifa, permitirá uma redução média na conta de luz de 15%, benefício que contribuirá para desacelerar em 0,61 ponto percentual o IPCA.

Os números resumem um estudo inédito realizado pela Abraceel que dimensiona os benefícios econômicos e sociais em perspectiva com a iminente abertura completa do mercado de energia no Brasil.

Com bases de dados oficiais e de consultorias reconhecidas, a Abraceel utilizou como premissa o estabelecimento de um cronograma gradual de abertura do mercado de energia que dê o direito de escolha em janeiro de 2024 para todos os consumidores conectados à rede de alta tensão e em janeiro de 2026 para os demais, inclusive os residenciais.

Com base na experiência internacional, o estudo leva em consideração que a migração potencial de consumidores ocorrerá gradualmente ao longo dos anos até que o mercado livre, que hoje corresponde a 35% do mercado nacional de energia elétrica, chegue em 2029 a 70%.

O estudo completo pode ser acessado [aqui](#).



Abertura total do mercado livre pode ocorrer sem legado negativo para consumidores e distribuidoras

Matéria em 1 minuto:

- Outro estudo inédito mostra que a expansão do mercado livre pode ocorrer no cronograma defendido pela Abraceel sem prejuízos para os consumidores e concessionárias de distribuição;

- Eventual encargo é estimado em apenas R\$ 0,05 por MWh na média até 2035, e seria largamente compensado pelos benefícios gerados pela abertura do mercado, na ordem de R\$ 210 bi e 27% de redução do custo com a aquisição de energia.



Tempo de leitura:
2 minutos

A abertura irrestrita do mercado de energia elétrica no Brasil em até 42 meses, como está previsto em relatório extraoficial do PL 414/2021, pode ser implementada sem resultar em legados negativos para as distribuidoras e consumidores. É o que revela um estudo inédito realizado pela Abraceel e divulgado em semana que marcou o início do Movimento pela Liberdade do Consumidor de Energia.

O estudo abordou um tema importante na pauta de discussão entre agentes do setor elétrico e autoridades governamentais e políticas, que é a possibilidade de a migração de consumidores do mercado cativo para o livre deixar como legado eventuais sobras de contratos de energia para as distribuidoras, que foram obrigadas, por força do modelo comercial vigente, a firmar contratos de compra por até 35 anos para atender à totalidade dos seus consumidores.

O estudo da Abraceel mostra que o custo de uma eventual sobrecontratação para os consumidores seria de apenas R\$ 0,05 por MWh na média até 2035, bastando, para tanto, que o governo federal tome três decisões, todas já em discussão, como detalhado a seguir.

Tal custo, se materializado, será plenamente compensado pelos ganhos que o consumidor terá com a migração para o mercado livre, onde poderá adquirir energia com preços 27% menores, de acordo com outro estudo lançado pela Abraceel na mesma semana, gerando R\$ 210 bilhões de economia no gasto com energia elétrica.

Janelas de oportunidade

Ao apontar que a abertura completa do mercado livre de energia pode ocorrer sem pro-



vocar impactos financeiros negativos para consumidores e distribuidoras, a Abraceel ressaltou que é fundamental que o poder concedente aproveite uma “janela de oportunidade” que pode reduzir naturalmente a quantidade de energia contratada pelas distribuidoras em 31% até 2027. São três decisões relevantes sobre contratos de energia de Itaipu, Eletrobras e termelétricas:

- i)** Não renovar os atuais contratos de energia de 2,4 GW médios de usinas térmicas a óleo e diesel a partir de 2023;
- ii)** Licitar nos mercados livre e cativo o montante de 6,4 GW médios de energia previsto para ser descontratado com o término do Anexo C do Tratado de Itaipu; e
- iii)** Direcionar para o mercado livre nos próximos cinco anos 6,6 GW médios de energia proveniente da extinção do regime de cotas nas usinas da Eletrobras, conforme autorizado pela Lei 14.182/2021, que dispõe sobre a capitalização da estatal.

O estudo completo pode ser acessado [aqui](#).



Após discussão com o Grupo Técnico, Abraceel entrega sugestões sobre critérios de autorização dos comercializadores

Matéria em 1 minuto:

- Em relação às propostas apresentadas pela SRM/Aneel, o GT Abraceel entende que classificar os comercializadores em dois tipos não resulta em aumento da segurança do mercado;
- O critério de monitorar a alavancagem dos agentes em função da capacidade econômica deve ser discutido com mais profundidade no processo que versa sobre o monitoramento do mercado de energia;
- A Abraceel entregou ao relator do processo, diretor Sandoval Feitosa, os principais pontos de preocupação das associadas.



Tempo de leitura:
2 minutos

O Grupo Técnico da Abraceel se reuniu, no dia 22.03, para discutir as propostas disponibilizadas na [Nota Técnica Aneel 31/22](#), que trata do resultado da Consulta Pública 51/21, que debateu aprimoramentos dos critérios de entrada, manutenção e saída de agentes no mercado de energia. Breve síntese sobre o documento foi disponibilizada no [Relatório Semanal da Abraceel, do período de 07 a 11 de março](#).



Na reunião, que contou com a participação de cerca de 130 colaboradores das empresas associadas, o principal ponto de preocupação refere-se à distinção das comercializadoras em dois tipos. No entendimento da maioria dos participantes, esse critério não resulta em aumento da segurança do mercado de energia e sim em maior burocracia para adquirir e manter as outorgas.

Isso porque mesmo com o aumento da exigência do patrimônio líquido mínimo para a empresa se classificar como tipo 1, o fato de não existir restrição para registro de contratos pode abrir espaço para alavancagem além do patrimônio e riscos ao mercado.



Nesse sentido, o controle da alavancagem dos agentes deve ser analisado com mais profundidade no processo de aperfeiçoamento do monitoramento do mercado de energia. Inclusive, esse ponto foi defendido pela CCEE na referida consulta pública, bem como pela Abraceel.

Outro ponto de preocupação, não detalhado na nota técnica, diz respeito ao tratamento que será dado às empresas que já possuem negociações acima de 30 MWm e não possuem patrimônio líquido de R\$ 10 milhões.

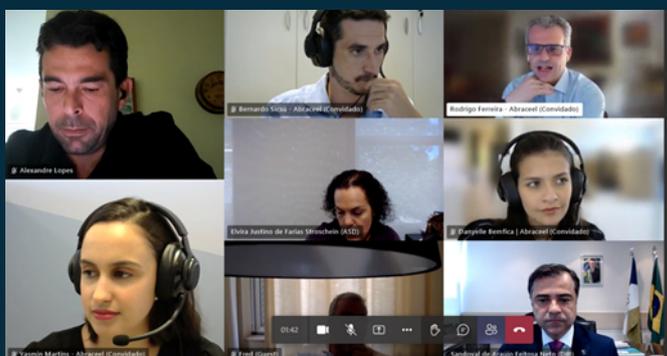
Além disso, é de suma importância que o detalhamento da proposta da área técnica via procedimentos e regras de comercialização seja disponibilizado o mais breve possível para análise e contribuições dos agentes, já que há pontos operacionais que precisam ser detalhados para implementação do novo regramento nas empresas.

A apresentação realizada na reunião está disponível na área restrita do site da Abraceel, seção “Apresentações Exclusivas”.

Abraceel leva sugestões de aperfeiçoamentos ao diretor relator

No dia 24.03, a Abraceel se reuniu com Sandoval Feitosa, Diretor Relator do processo que versa sobre os critérios de autorização de comercializadores. Na ocasião, a Diretoria da Abraceel destacou os principais pontos das associadas e questionou a motivação para classificar as comercializadoras em tipos diferentes, uma vez que o assunto foi pouco detalhado na consulta pública. Em resposta, o relator assumiu a autoria da regra de classificação, idealizada para evitar a imposição de grandes limitações a todos os agentes do mercado. Assim, as empresas menores teriam limites para negociações, gerando menos riscos ao mercado.

A Abraceel destacou a importância de que o monitoramento da alavancagem das empresas de acordo com o porte seja realizado no âmbito do processo que trata do monitoramento do mercado de energia. Ademais, foi ressaltada a necessidade de haver regramento isonômico para diferentes classes de agentes que comercializam energia e previsão de período de transição, para os agentes que já registraram negociações em volume superior a 30 MWm e não possuem patrimônio líquido de R\$ 10 milhões.



O relator informou que as sugestões da Abraceel serão avaliadas e que pretende pautar o processo para deliberação da diretoria da Aneel em breve.

Aneel divulga Nota Técnica única sobre monitoramento e garantias financeiras

Matéria em 1 minuto:

- Foi divulgada a NT 40/2022 da SRM/Aneel, que trata sobre o aprimoramento de monitoramento de mercado e de garantias financeiras do MCP;
- O documento replica a nota técnica da CCEE sobre o tema, divulgada em agosto de 2021, com comentários da Aneel em questões pontuais;
- Assunto deverá ser em breve colocado em consulta pública.



Tempo de leitura:
2 minutos

No dia 22.03, foi divulgada a Nota Técnica 40/2022 da SRM/Aneel, sobre aprimoramento no processo de monitoramento de mercado e de garantias financeiras do MCP. Inicialmente, a Aneel apresenta um panorama dos processos de aporte de garantias financeiras e de contabilização/liquidação do MCP realizados pela CCEE, bem como suas fragilidades e justificativas para eventual intervenção.

Segundo a nota técnica, o percentual de valores não pagos na liquidação mensal do MCP foi reduzido de 0,34% em 2018 para 0,05% em 2021. Mesmo assim, a Aneel identifica a possibilidade de aumento do risco sistêmico quando as exposições dos agentes se estendem no tempo, impactando contrapartes.

A Aneel espera que sejam discutidos em consulta pública os mecanismos que induzam à antecipação de registro de contratos no âmbito da CCEE. Também espera que sejam avaliados pelos agentes os mecanismos para mitigação dos riscos bilaterais e sistêmicos.

Monitoramento de mercado

A Aneel comenta pontos da nota técnica disponibilizada pela CCEE em agosto de 2021, que devem ser objeto de contribuição dos agentes. Aponta que tratar de forma equânime os agentes da mesma classe pode causar distorções, pois um agente menos exposto, que não estaria sujeito ao monitoramento prudencial, pode liquidar operações em montantes maiores e representar maior risco ao mercado. Assim, sugere que sejam discutidos tanto obrigações quanto prazos distintos, a depender do porte do agente.



Registro antecipado de contratos

Para incentivar o registro dos contratos na CCEE assim que as negociações são realizadas, a CCEE propõe:

- (i) Duplo flag: para o caso de não confirmação da entrega, é aberto um processo de análise de controvérsias comprovando que as obrigações do comprador foram assumidas;
- (ii) Exercício automático da flexibilidade contratual;
- (iii) Contrapartidas de incentivos: oferecer possibilidade de recomposição de lastro contratual.

A Aneel espera que os agentes contribuam com outros incentivos regulatórios que poderiam ser adotados. É sugerido um prazo de transição único de 12 meses para que os agentes se adaptem ao regulamento.

Garantias financeiras

A Aneel aponta que a proposta de garantias pré-constituídas da CCEE está baseada na metodologia de monitoramento prudencial, o que por sua vez dificulta a mensuração se o custo da proposta é razoável frente aos riscos mitigados.

Assim, sugere-se que os agentes contribuam sobre a viabilidade de estabelecer um período de “operação sombra” durante a vacância de 12 meses para implantação da norma de monitoramento, para que então haja definição quanto à adequação da proposta de garantias individuais da CCEE.

Sobre a forma de corte de contratos proposta pela CCEE, a Aneel entende que ainda carece de melhor detalhamento. Ao contrário da CCEE, que sugere que o corte de contratos seja mantido apenas por um prazo de 24 meses após a instituição das propostas, a SRM entende que a não efetivação de contratos foi a metodologia que apresentou os melhores resultados em termos de proteção ao MCP. Assim, propõe que a não efetivação de contratos deva permanecer, sendo realizada em MS+16du, em uma etapa de pré-contabilização e liquidação do MCP.

Sobre a CCEE utilizar como penúltima etapa do fundo de liquidação recursos advindos de penalidades aplicadas e eventuais sobras orçamentárias, a Aneel aponta que não existe sustentação jurídica para tanto, pois não são direitos disponíveis da CCEE. Sobre o fundo de liquidação com as cotas dos demais agentes, fixas e variáveis (M+2 a M+6), a Aneel solicita que seja avaliada a hipótese de regulamentação do fundo sem cotas variáveis, ao menos em um primeiro momento.

Por fim, a consulta pública foi dispensada da análise de AIR, dada a urgência alegada pela CCEE. Até o momento, não foi disponibilizada minuta de ato normativo, que é um requisito legal, é preciso destacar.





Grupo Técnico traz ponto de vista operacional da Portaria sobre ICMS em SP

Matéria em 1 minuto:

- Associados discutiram o novo modelo de tributação do ICMS nas operações com energia elétrica no ambiente livre em razão da publicação da Portaria SRE 14 da SEFAZ/SP;
- Um dos pontos críticos mencionados pelas associadas diz respeito ao momento para o faturamento, que será sobre dado de consumo oficial da CCEE e poderá causar descasamento com a forma que o mercado opera atualmente de registro contra pagamento;
- O escritório Tomanik Martiniano Advogados realizará apresentação para o Grupo Técnico no dia 28.03 para oferecer esclarecimentos às associadas.



Tempo de leitura:
2 minutos

No dia 21.03, o Grupo Técnico da Abraceel se reuniu para discutir a operacionalização das obrigações tributárias do novo modelo de tributação do ICMS nas operações com energia elétrica no ambiente livre, constantes na Portaria SRE 14, publicada em 12.03 pela SEFAZ-SP. Alexandre Lopes apontou que o objetivo da reunião era compartilhar a percepção das associadas sobre o normativo, de forma que a Abraceel possa avaliar como atuar.

Os representantes das associadas mencionaram que o ponto mais crítico das novas regras diz respeito ao momento para o faturamento, que será sobre o dado de consumo oficial da CCEE, e pode ter um descasamento com a forma que o mercado opera atualmente de registro contra pagamento. Essa previsão está no Art. 14, parágrafo 2º, inciso I da Portaria. Assim, existe um risco operacional ao emitir a nota fiscal antes do registro do contrato e os associados mencionaram que a rotina até então era emitir a nota com a quantidade contratada.

Nesse aspecto, foi questionado como seria possível realizar o faturamento de um volume e registrar outro na CCEE (consumido x contratado), pois os montantes são auditados e não poderiam apresentar diferenças. Além disso, isso pode alterar o preço unitário da nota fiscal, pois o preço médio em relação ao consumo e em relação ao contratado podem ser diferentes.

Outra questão diz respeito à cessão de montantes. Por exemplo, se um consumidor de São Paulo comprar energia fora do estado, irá recolher ICMS, mas no caso de uma



Posterior cessão para uma comercializadora, em que não há tributação, não haveria a possibilidade do crédito. Assim, o consumidor poderia ter prejuízo do ICMS incidente na fatura de compra. Também foi questionado como ficaria o faturamento com clientes com mais de um contrato.

Buscando oferecer esclarecimentos às associadas, o escritório Tomanik Martiniano Advogados irá realizar uma apresentação para o Grupo Técnico no dia 28.03, às 15h. As associadas podem enviar para gt@abraceel.com.br outros pontos para discussão na reunião.



Associadas aprovam prestação de contas da Abraceel de 2021

Matéria em 1 minuto:

- No dia 24.03, a Abraceel realizou a AGO para deliberar os documentos referentes às atividades de 2021, que foram aprovados pelos associadas;
- Na ocasião, Eduardo Galvão, diretor da BCW Brasil, fez avaliação sobre o cenário político, partidário e eleitoral;
- Rodrigo Ferreira pediu engajamento aos representantes das empresas associadas para fortalecerem o Movimento pela Liberdade do Consumidor de Energia, iniciado dia 22.03 e que seguirá com diversas ações nas próximas semanas.



Tempo de leitura:
2 minutos

No dia 24.03, a Abraceel realizou sua Assembleia Geral Ordinária para deliberar sobre a aprovação do relatório das atividades, prestação de contas e o balanço geral da Abraceel relativos ao exercício anterior, 2021, conforme determina o estatuto social.

No início do encontro, Eduardo Galvão, diretor da BCW Brasil, em palestra, analisou o cenário político, partidário e eleitoral brasileiro, trazendo informações sobre pesquisas de intenção de voto, a relação do Poder Executivo com o Congresso Nacional e os principais riscos políticos.



Em sequência, a AGO foi iniciada com o sistema de votação da Eleja Online e os representantes das associadas presentes deliberaram sobre os documentos relativos ao exercício de 2021: relatório das atividades, prestação de contas e balanço geral da Abraceel. Os documentos foram aprovados.

Finalizando a Assembleia, Rodrigo Ferreira listou para os representantes das empresas



associadas as diversas ações realizadas pela Abraceel ao longo semana, que foi marcada pelo início do Movimento pela Liberdade do Consumidor de Energia. A iniciativa, idealizada e conduzida pela associação, seguirá com várias novas ações de comunicação e interação com autoridades políticas e governamentais nos próximos dias.

Rodrigo Ferreira pediu às empresas que apoiem e fortaleçam o movimento empresarial com o objetivo de criar um ambiente favorável para a votação e aprovação do PL 414/2021.





ABRACEEL NA MÍDIA



CRESCE PRESSÃO EM BRASÍLIA POR MIGRAÇÃO DE CONSUMIDOR NO MERCADO DE ENERGIA

I Folha de São Paulo

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)



EM DEFESA DO MERCADO LIVRE, ABRACEEL VÊ CONTA MAIS BARATA

I O Estado de S. Paulo

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)



MERCADO LIVRE DE ENERGIA PODE LEVAR A REDUÇÃO NA CONTA DE LUZ, DIZ ABRACEEL

I Estadão

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)



A REFORMA DO SETOR ELÉTRICO É UMA DAS MAIS RELEVANTES DA PAUTA ECONÔMICA

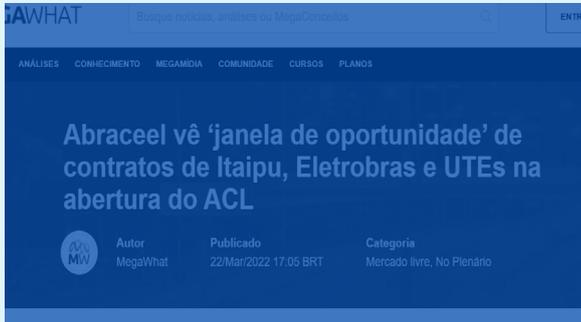
I Estadão

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)





ABRACEEL NA MÍDIA



ABRACEEL VÊ 'JANELA DE OPORTUNIDADE' DE CONTRATOS DE ITAIPU, ELETROBRAS E UTEs NA ABERTURA DO ACL

I MegaWhat

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)



ABERTURA DO ACL PODE CUSTAR R\$ 0,05 POR MWh, APONTA ABRACEEL

I Canal Energia

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)



EXCLUSIVO/ABRACEEL: ABERTURA DE MERCADO REDUZ CUSTO DA ENERGIA E AJUDA A DESACELERAR INFLAÇÃO

I Broadcast

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)



CONTA DE LUZ PODE FICAR ATÉ 15% MAIS BARATA SE TODO CONSUMIDOR ESCOLHER PRÓPRIO FORNECEDOR DE ENERGIA

I InfoMoney

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)





ABRACEEL NA MÍDIA



PLATAFORMA DESPERDIÇÔMETRO DE ENERGIA É LANÇADA NA CÂMARA

I Radio Câmara

[Ouça a matéria clicando aqui.](#)



ME DÊ MOTIVO... PRA SER CATIVO

I O Estado de S. Paulo

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)





CURTAS

Garantias do MVE na pauta da Aneel

Dois temas importantes entraram na pauta da reunião pública ordinária da Aneel que será realizada no dia 29.03. Um deles é o resultado da Consulta Pública 46/2021, sobre garantias do MVE. Outro é o resultado de duas audiências públicas sobre consolidação de atos normativos: a 02/2022, sobre “Autorização para Comercialização”, e a 03/2022, sobre “Procedimentos de Comercialização”. Ainda, será deliberada a abertura da segunda fase da Consulta Pública 39/2021, sobre sinal locacional da TUST e isonomia de acesso.

Fórum do Gás: agenda de trabalho 2022 em construção

O Fórum do Gás está recebendo contribuições para a sua Agenda de Trabalho de 2022, cuja minuta está disponível na área restrita da Abraceel, seção “Documentos Gerais”. Os temas propostos pela coordenação são: (i) elaborar proposta para os presidentes e candidatos a governos estaduais; (ii) elaborar proposta para desconcentração e liquidez na oferta; e (iii) contribuir na elaboração do pacto nacional, previsto no Decreto 10.712/21. Sugestões ou temas de interesse adicionais podem ser enviados para gt@abraceel.com.br até o dia 31.03.

Gás natural: preocupação com regulações estaduais

No dia 23.03, a Abraceel reuniu-se com a equipe regulatória da Petrobras para discutir a regulação do mercado livre de gás. A associada manifestou preocupação frente às regulações estaduais que criam barreiras para o desenvolvimento do mercado livre, principalmente em relação à atuação dos comercializadores. Nesse sentido, a Abraceel irá solicitar reunião com a Diretoria da ANP e com o Comitê de Monitoramento da Abertura do Mercado de Gás Natural (CMGN) para relatar o problema, uma vez que a regulação e fiscalização da comercialização de gás deve ser efetuada em âmbito federal.



Contratação de capacidade: ANP abre consulta pública

A ANP abriu consulta pública para obter subsídios e informações adicionais sobre o edital de chamada pública para a contratação de capacidade incremental ofertada referente ao gasoduto de transporte Itaboraí-Guapimirim, no Rio de Janeiro.

MVE de março sem negociações

Em 22.03 foi processado o Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE) de março, no qual foram ofertados produtos com vigências de três a seis meses, a partir de 01.04. A operação foi concluída sem negociações.

Certificação de operadores do mercado: edital da prova entra em consulta

A CCEE promoverá no dia 18.09, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), a prova de Certificação de Operadores de Mercado de 2022. Desde o dia 23.03, os interessados podem contribuir ao edital, que está em consulta pública até o dia 01.04. Sugestões podem ser encaminhadas pelo e-mail certificacaodeoperadores@ccee.org.br. O documento pode ser acessado nos sites de ambas as organizações e traz o regulamento completo para obtenção do certificado, que tem validade de quatro anos. Confira mais informações [aqui](#).

Abertas inscrições para o curso “Processo Legislativo aplicado ao setor elétrico”

Ministrado pela diretora de Relações Institucionais da Abraceel, Ângela Oliveira, em parceria com a Head Energia, o curso explica o funcionamento do Poder Legislativo federal e o processo de tramitação de proposições legislativas. O conteúdo será focado em casos práticos do setor elétrico e na experiência de dez anos da executiva na condução dos temas legislativos com parlamentares. Associadas da Abraceel têm direito a desconto, sendo necessário informar pelo e-mail contato@headenergia.net. Detalhes e inscrições (até o dia 31.03) pelo [link](#). O curso será realizado nos dias 5, 7, 11 e 12 de abril, das 19h às 21h, com carga horária de 8 horas. As aulas ao vivo serão gravadas e ficarão disponíveis por 6 meses.

Associadas da Abraceel têm desconto na Agenda Setorial 2022

O evento Agenda Setorial de 2022, que será realizado no dia 18.04 no Centro Empresarial do Rio – RJ, terá como tema este ano “O Mercado em Evolução”. A Abraceel é co-organizadora e o encontro reflete os principais desafios do mercado livre – caminhos para a abertura do mercado de energia, segurança nas operações e formação de preços, entre outros – em linha com as bandeiras definidas pelos associados no planejamento estratégico. As inscrições estão abertas e as associadas ganham 10% de desconto na compra de ingressos ao inserir o cupom ABRACEEL10OFF no momento da inscrição. Acesse pelo [link](#).



Pesquisa salarial Select Humans for Energy 2022

A Select Humans for Energy está realizando uma pesquisa salarial customizada e direcionada para as geradoras e comercializadoras. Para mais informações e para participar, acesse o [link](#). O prazo finaliza dia 25.03.



Na última semana de março, os trabalhos no Congresso Nacional podem ocorrer em um ritmo menos acelerado em razão do encerramento do prazo da janela partidária. Diante desse fato, há a expectativa que a pauta legislativa volte a avançar com mais ênfase somente na primeira semana de abril.

Como ainda está aberta a possibilidade de os parlamentares migrarem de partido, o presidente da Câmara dos Deputados Arthur Lira (PP-AL) ainda não conseguiu instalar as comissões permanentes. Vale destacar que a composição das bancadas afeta os trabalhos das comissões, na medida em que suas constituições buscam assegurar a representação partidária da Casa.

Até o fechamento desta edição do Relatório Semanal, o partido do presidente Jair Bolsonaro, PL, havia alcançado a maior composição da Câmara dos Deputados, com 62 parlamentares, ultrapassando o União Brasil, que tinha a maior bancada, mas hoje está com 56 deputados. No site da Câmara, oficialmente, PL, União Brasil, PT, PP e Republicanos, nessa ordem, são os cinco maiores partidos da Casa.

Sobre a portabilidade da conta de luz, o deputado federal Fernando Filho (União-PE) espera conseguir deliberar o requerimento de urgência para deliberação do PL 414/2021 em Plenário no início de abril.

Outro tema que está na agenda é a sabatina dos diretores das agências reguladoras no Senado Federal. Embora as indicações não tenham sido publicadas no Diário Oficial até o momento, há quem veja possibilidade de as sabinas da Aneel ocorrerem na primeira semana de abril.

O deputado Danilo Forte (PSDB-CE) apresentou o Projeto de Lei Complementar 18/2022, que altera a legislação para considerar bens e serviços essenciais os relativos aos combustíveis, à energia elétrica, às comunicações e ao transporte coletivo. A matéria foi apensada ao PLP 211/2021, que ainda não foi deliberado na primeira comissão em que deve tramitar.

Mudanças ministeriais

Também no início de abril, dia 02.04, encerra-se o prazo para que os ministros que desejam disputar cargos na eleição deixem seus postos atuais. As mudanças tendem a ocorrer nos seguintes ministérios:

- * Mulher, Família e Direitos Humanos: Damares Alves
- * Secretaria de Governo: Flávia Arruda
- * Turismo: Gilson Machado
- * Cidadania: João Roma
- * Trabalho e Previdência: Onyx Lorenzoni
- * Ciência, Tecnologia e Inovações: Marcos Pontes
- * Desenvolvimento Regional: Rogério Marinho
- * Infraestrutura: Tarcísio de Freitas
- * Agricultura: Tereza Cristina
- * Defesa: Walter Braga Netto

 **PRÓXIMA SEMANA**

28.03 - Segunda-feira: Grupo Técnico da Abraceel se reúne para esclarecer detalhes da Portaria SRE 14/2022 Sefaz-SP, sobre as obrigações tributárias nas operações com energia elétrica no ambiente livre no Estado, com participação do advogado Urias Martiniano, do escritório Tomanik Martiniano Advogados, às 15h;

Ângela Oliveira, Diretora de Relações Institucionais da Abraceel, participa como panelista do evento da associada 2W Energia, o “2W 2 Women”, às 16h40.

29.03 - Terça-feira: Abraceel participa do Lançamento da Agenda Legislativa da Indústria, promovido pela CNI, às 11h;

Abraceel se reúne com a associada Matrix para discutir o acompanhamento judicial e legislativo, às 15h.

30.03 - Quarta-feira: Abraceel participa da 11ª reunião virtual do Coinfra, às 10h, que discutirá o PL 414/2021;

Abraceel participa da 4ª reunião do GT Dados Hidrometeorológicos do Comitê Técnico PMO/PLD, às 15h.

31.03 - Quinta-feira: Abraceel participa de reunião com a CCEE e agentes para discutir a agenda do mercado, às 14h;

Abraceel se reúne com a Conselheira da CCEE Roseane Santos e o Diretor da Aneel Efrain Cruz, para discutir segurança de mercado, às 14h.

01.04 - Sexta-feira: Rodrigo Ferreira participa de evento na sede da Federação das Indústrias de Campina Grande, PB, às 9h.